



# Anais da Assembléia

Nº 89

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1976

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1976 QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (43), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Edilson Alencar, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Wilson Fortes (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental e ouvido o Plenário, se manifeste voto de congratulações à Revista "Rumo Paranaense" desta Capital, pelo brilhante trabalho publicado em seu número 31, do mês de julho do corrente ano, sobre a figura do aplaudido e conceituado escritor e líder espiritual DARIO VELLOZO.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário dos Recursos Humanos, apelo no sentido de determinar a realização de estudos tendentes a adaptar, ao nível estadual, os preceitos da Lei Federal 6334, de 31 de maio do corrente ano, que fixa idade de 50 anos, como limite máximo para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em emprego e cargos do Serviço Público Federal.

O presente requerimento, Sr. Presidente, pretende a um só tempo dar conhecimento aos interessados de que, no âmbito federal, o limite máximo de idade para o ingresso no serviço

público é de 50 anos, e apressar a adoção de idêntica em nosso Estado, já que ela vinha sendo reclamada por quantos sentiam o problema da discriminação injusta e vexatória, com relação às pessoas de meia-idade, no mercado de trabalho.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1976.

(a) BAZÍLIO ZANUSSO

### PROJETOS DE LEI:

#### PROJETO DE LEI Nº 85/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS UCRANIANOS, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

### JUSTIFICATIVA:

O Centro Brasileiro de Estudos Ucranianos, foi fundado em 12 de dezembro de 1971, funcionando, desde então, até esta data, ininterruptamente, com altos serviços prestados na área em que atua.

Pessoa jurídica, com diretores não remunerados, sem fim lucrativos, com tempo de existência legal, o Centro Brasileiro de Estudos Ucranianos enquadra-se nas normas reguladoras da matéria, ao tempo em que serão também reconhecidos méritos para ser contemplado com o pleiteado pelo presente Projeto de Lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 86/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Piraí do Sul, o imóvel de propriedade do Estado, situado à rua Bernardo Barbosa Millao, número 448, na sede daquele município.

Art. 2º — A doação do imóvel referido no Art. 1º da presente Lei, registrado sob o número 3-F, das folhas 10 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piraí do Sul, constituído de terreno e prédio, onde atualmente funciona o Hospital e Maternidade Santo Antonio, cuja Associação de Proteção à Maternidade e à Infância é a mantenedora, fica condicionada às cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1976.

(a) DAVID FEDERMANN

### JUSTIFICATIVA:

A correspondência recebida da Presidência da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Piraí do Sul, que anexamos ao presente, retratam a justeza de tal proposição, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna nesta tarde apenas para estranhar o fato ocorrido nesta Casa. Requeri a vinda, nesta Casa, do Sr. Secretário dos Transportes e do representante do semanário da nossa cidade, "Jornal dos Bairros".

O Plenário da Assembléia aprovou o pedido. A Mesa recebeu o requerimento, colocou-o em votação e o Plenário aceitou-o. Conseqüentemente, Sr. Presidente, quando tomei esta atitude, não sugeri coisa alguma e sim, requeri a vinda do Sr. Secretário dos Transportes, do representante do "Jornal dos Bairros", para depor na Comissão Parlamentar de Inquérito da Imprensa, sobre editais publicados por aquele semanário, editais estes da Secretaria dos Transportes.

E fiquei abismado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando vi o despacho de S. Exa. o Presidente Paulo Camargo que encaminhou à CPI, requerimento não só aprovado pelo Plenário, como sugestão do Plenário.

Entendo que fiz um requerimento e não uma sugestão, razão pela qual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que o meu nobre colega Presidente esclarecesse porque após o carimbo de aprovado, mandando protocolar-se, mandando enfim, expedir a correspondência após arquivar-se, deu um outro despacho mandando ao Departamento Administrativo e conseqüentemente depois, à Comissão Parlamentar de Inquérito como sugestão.

Gostaria que meu nobre Presidente explicasse a conduta que teve com relação ao nosso Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sr. Deputado.

Eu confesso que já estava até com a resposta preparada, e vou lê-la neste momento.

"Na sessão de dois do corrente, requereu V. Exa., neste Plenário, a convocação do Sr. Secretário dos Transportes para ser ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado na administração direta e indireta com divulgação e publicidade.

O requerimento foi aprovado juntamente com demais pedidos encaminhados na mesma sessão. Todavia, ao proceder aos competentes despachos, esta Presidência verificou tratar-se de matéria colocada fora das atribuições do Plenário, uma vez que no momento em que este aprovou a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar as despesas efetuadas com publicidade pelo Governo do Estado, delegou ao referido órgão a competência para tomar as medidas necessárias ao cumprimento de seus fins.

Logo, não seria o Plenário da Assembléia, a instância própria para o pedido, mas o Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito. Em face de tal evidência, não cabia outra medida senão de encaminhar o expediente à douda Comissão Parlamentar de Inquérito, como sugestão, a fim de preservar a autonomia de que ela é portadora na espécie. Proceder de forma diversa forçaria por exercer império de poder que nem o Plenário da Casa nem esta Presidência, possui. No lobrigar do ato presidencial qualquer interesse estranho ao de manter fidelidade à hierarquia, ao bom relacionamento orgânico, no interior do Poder Legislativo, constitui na melhor das hipóteses, uma crítica estéril mesmo sem atender ou sem examinar o mérito da questão".

É esta a resposta da Presidência a V. Exa.

O SR. ADALBERTO DAROS — Se me permite Sr. Presidente, apenas para concluir.

Sabendo que V. Exa. errou ao aceitar o requerimento, não deveria tê-lo aceito. Segundo, Sr. Presidente, o requerimento nem sequer foi discutido porque inclusive, o nobre líder da ARENA não se propôs a isso. Demais Deputados que fazem parte da CPI, não se propuseram também a discutir em Plenário.

Conseqüentemente, acredito que esta sugestão e assim dei-

xaremos, será aceita na Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que os nobres Deputados que fazem parte dela, presentes estavam, conforme a ata do dia 02 de agosto e terão, naturalmente, a oportunidade de novamente afirmar, que gostarão, de ouvir na Comissão Parlamentar de Inquérito o Sr. Secretário dos Transportes e o representante do "Jornal dos Bairros".

Somente isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Ainda para responder a V. Exa.

V. Exa. disse que a Presidência não devia ter recebido o requerimento e eu aceito.

Só que eu entendo que quem recebe os requerimentos não é o Presidente, é a Secretaria da Mesa e naturalmente vindo à Mesa foi posto em discussão e votado. Houve um lapso e eu não quero fugir à responsabilidade de ter me equivocado pondo o seu requerimento em votação. Outras vezes tenho evitado que seja votado o requerimento, mas garanto que outro requerimento da mesma forma que foi apresentado por V. Exa., não será posto em votação, não será decidido pela Mesa.

Tem a palavra o nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, tão somente para, como membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga os gastos da administração com publicidade, devo afirmar que entendi o requerimento do eminente Deputado Daros, como de sugestão à Comissão Parlamentar de Inquérito, para que convocasse e ouvisse o Secretário.

Não fora este o meu entendimento, Sr. Presidente, e não fugiria à regra, o requerimento do eminente Deputado teria sofrido o crivo de nossa bancada, com as discussões e a votação de praxe.

Todavia, Sr. Presidente, nesta mesma questão de ordem, devo afirmar para o conhecimento do eminente e ilustrado Deputado Daros, se S. Exa. se propuser a formular pedido de informações, pretendendo esclarecer-se de ocorrências verificadas com as publicações daquela pasta no "Jornal dos Bairros", eu, como líder do Governo, subscreverei o requerimento, juntamente com V. Exa., porque não há nada a esconder.

Realmente, houve um procedimento que não foi correto da parte do assessor de imprensa da Secretaria dos Transportes e S. Exa. o Sr. Secretário já afastou aquele auxiliar do seu cargo — não sei se já substituiu — mas já afastou e o decreto de exoneração já foi publicado.

Subscribo com S. Exa. o eminente Deputado, o pedido de informações que pretenda subscrever, pretendendo esclarecer-se de qualquer dúvida que possa ter com relação ao comportamento do titular da Pasta dos Transportes deste Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Um instante. Não considero a palavra do nobre Deputado Ivo Thomazoni como Questão de Ordem. Eu a considereei como inscrito no Pequeno Expediente e como já tendo falado, tem a palavra, V. Exa., para uma Questão de Ordem.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, gostaria de, talvez, dizer nesta Questão de Ordem, que o Deputado Ivo Thomazoni levantou, sugerindo que eu faça um pedido de informações ao Sr. Secretário de Transportes, para que possamos então, analisar, com as respostas que naturalmente virão — se é que vamos fazer esse pedido de informações — analisar a conduta de um auxiliar seu.

Sr. Presidente, acredito que tudo que parta do Secretário dos Transportes e que um auxiliar seu que é de confiança faça, ele também o fez, Sr. Presidente, dentro de sua Pasta. Razão pela qual, Deputado Ivo Thomazoni, não farei esse pedido de informações e continuarei na minha tese, Sr. Presidente: Se o Sr. Secretário dos Transportes não tem nada a esconder, que venha

dizer a verdade na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Por liberalidade, a Presidência escutou e acata sua palavra. V. Exa. não teria direito e vem falar também em Questão de Ordem. Não levantou uma questão de ordem. Em todo o caso, o que se está pretendendo é esclarecer que não havia nenhum interesse escuso da Presidência, no despacho. Fez isso apenas para a boa ordem dos trabalhos desta Casa. Está decidida a resposta ao nobre Deputado e a Mesa não quer, não deseja continuar a discussão sobre a matéria. Só aceito sua palavra como Questão de Ordem.

O SR. ADALBERTO DAROS — Eu não disse em momento algum que o seu despacho foi escuso.

Apenas disse que V. Exa. ...

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Mas a publicação que foi feita e que V. Exa. leu, de um matutino da Capital, dá a impressão que houve maldade, que faliu honestidade à Presidência da Assembléia. E a Presidência da Assembléia, como órgão deste Poder, como Presidente de um dos Poderes do Estado não pode admitir que sejam levantadas dúvidas quanto sua honestidade, ocupando a cadeira de Presidente desta Casa.

O SR. ADALBERTO DAROS — Estou reafirmando que não disse isso.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Dou como encerrado o incidente e concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. — (Ausente) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É profundamente constrangido que venho à tribuna, neste Pequeno Expediente, para não aceitar por encerrada a discussão do problema levantado pelo eminente Deputado Adalberto Daros. Constrangido e, aqui, vou procurar não entrar no mérito da questão, porque me parece que deve sobrar, aos homens do Governo, coragem e desassombro. Dizia, Sr. Presidente, que entendo que aos homens que detêm cargos de posição no Governo, lhes sobra coragem e desassombro para responderem pelos atos que praticam.

Não é a primeira vez que pretende a Oposição dirimir dúvidas; não é a primeira vez que pretende a Oposição trazer a esta Casa, representantes do Governo, para esclarecerem, perante o Poder Político do Estado, as atitudes que vêm adotando e, também, não é a primeira vez que, de uma forma ou de outra, a atitude oposicionista vem sendo obstada.

Quer me parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que até hoje, a quantidade impediu que a esta Casa viesse convocado qualquer Secretário de Estado.

No episódio levantado pelo Deputado Adalberto Daros, digo que venho constrangido, porque entendo que, mais uma vez, se feriu o Regimento Interno desta Casa. O Plenário soberano, adotou uma posição, presente, se não a maioria, a totalidade, pelo menos, a maioria da Casa, quase a unanimidade, pre presente a Liderança da ARENA, se aprovou este requerimento.

O MDB sabia o que estava fazendo, quando votamos, aprovamos e endossamos o requerimento do companheiro; estávamos despertos, sabendo o que queríamos. Não posso crer, que estivesse omissa e não estava, que estivesse omissa, ausente, entorpecida, adormecida, a bancada arenista; se aprovou, por unanimidade, nenhuma voz se levantou contra o procedimento proposto e aprovado.

Entendo, Sr. Presidente, e volto a repetir, que quem pode mais, pelo menos. Se é o Plenário quem constitui regimentalmente suas Comissões, inclusive as de Inquérito, nada impede que possa o Plenário agir, orientando ou estimulando as Comissões, que ele próprio criou.

E mais ainda, não consigo entender como se queira, uma Comissão com poderes soberanos e maiores que o do Plenário. A própria Comissão Parlamentar de Inquérito, depois de todo o seu trabalho, depois de tudo feito, para ter valor o que fez e o que realizou, vem buscar atitudes, sem o que nada disso exis-

tirá realmente. Não vejo como, Sr. Presidente, não vejo como. Srs. Deputados, possa esta Casa agora, abandonar aquilo que já consagrou. Não vejo como possa este Plenário deixar de lado aquilo que aprovou. Não posso entender como se queira agora, por atitude unipessoal se retirar do Plenário a sua soberania.

Volto a dizer, não quero entrar no mérito da questão.

O problema já foi muito bem levantado pelo Deputado Daros. Aqui trouxe a denúncia que tinha que trazer. Quis esmiuçar a questão, porque envolve uma Secretaria de Estado, e envolve um problema dos mais lamentáveis.

O que queremos é dirimir essa dúvida; o que queremos é esclarecer esta questão. A boa vontade demonstrada pelo líder do Governo nesta Casa, dizendo que endossaria qualquer pedido de informações, nosso e data vênica, o entendimento do eminente Líder, nos soa, nos parece e se nos afigura tão simplesmente uma manobra proletária para que não possamos ter as explicações que convêm a esta Casa.

Com a mesma coragem, o eminente líder disse que endossa um Pedido de Informações; que endossa para arrumar as coisas para deixar bem esta Casa, para não se ferir mais uma vez o Regimento Interno; que endossa e traz o seu apoio a um pedido de convocação do Secretário do Estado, com a mesma coragem, com o mesmo desassombro e com a certeza que aqui procura demonstrar de que nada há de errado nas hostes governistas.

Era isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Novamente o Sr.

Deputado Enéas Faria atinge a Presidência, porque disse, por uma decisão unilateral. Não houve e não há da bancada, a meu ver, da bancada da ARENA nenhuma forma de obstruir. Tanto não houve que aprovou o requerimento e quem não aceitou a forma foi a Presidência. Não foi o Partido.

E, quanto estou aqui, não faço parte da ARENA. Eu, quando estou sentado nesta cadeira, eu presido, e com muita honra, o Poder Legislativo do Estado.

Sr. Deputado, a responsabilidade em ter despachado da forma como despachei, foi pura e simplesmente minha. Não foi um apelo da ARENA, que aprovou inclusive o requerimento, e aprovou, se não me engano, por unanimidade. Foi aprovado por esta Casa, por unanimidade.

Mas, à luz da Presidência eu tenho e tive a impressão, a convicção e estou com ela até hoje, que o Plenário não deveria intervir, porque quem convoca é a Comissão. O Plenário não pode convocar como outro órgão também. É a própria Comissão que deve entrar em contato, convocar, marcar hora, o dia. Foi só com esse sentido, que a própria Assembléia, que a Presidência despachou da forma como despachou o requerimento.

Eu disse a V. Exa. que a Mesa não tinha vontade e não tem vontade de polemizar o assunto. Não quero fazer polêmica. Mas estou dando uma decisão e salvando com isso a bancada da ARENA, porque a bancada da Arena nada tem a ver com isso, inclusive votou com o MDB a favor desta Comissão. Eu agi por ter havido uma irregularidade, irregularidade que me passou no momento, mas que na hora do despacho eu notei que estava fazendo, estava ultrapassando o direito que tinha o Plenário, de decidir quando uma Comissão é que deveria fazer a convocação.

Por estas condições, por essa forma, é que eu mandei como sugestão à Comissão, para que convidasse o Sr. Secretário e para os esclarecimentos.

Não entro também no mérito da questão, não estou dizendo se esta certo ou errado, acho até pessoalmente, que está errado.

Mas, de qualquer forma, foi uma coisa puramente de despacho, para não pesar na balança.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Dia 21 do corrente, o Governador Jayme Canet Junior uma vez mais estará em Londrina, centro de vasta região que tem merecido a mais alta consideração do Governo Estadual, mediante a implantação de obras da maior significação. Muito embora parecendo mais uma visita de rotina, esta reveste-se de contornos, os mais sugestivos, uma vez que, no setor de energia elétrica, o Chefe do Executivo Paranaense vai dar por inauguradas nada mais nada menos do que 17 obras, e, Sr. Presidente, anunciará o término até o final do ano, de mais vinte obras, todas destinadas a dotar Londrina de infraestrutura, adequada, na área de eletricidade, para atender ao vertiginoso processo desenvolvimentista. O povo de Londrina, recorda muito bem, que o Governador Canet Junior esteve em março, naquele Município, quando inaugurou a subestação Londrina-2, uma das maiores do Paraná, e na qual a Copel investiu cerca de 35 milhões de cruzeiros. Naquela oportunidade, o Presidente Arturo Andreoli, assegurou que estava dado o primeiro grande passo para a reforma geral da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica. Os passos posteriores, Srs. Deputados, têm sido gigantescos. Na próxima semana, serão simbolicamente inaugurados, três Alimentadores em alta tensão, quatro interligações entre Alimentadores, a linha de distribuição Londrina-II - Warta, as redes de distribuição dos núcleos habitacionais Marumbi e São José e as reformas das redes de distribuição do Jardim Tóquio, do Jardim Ichal, do Jardim Leonor, do Jardim Paulista, e reforma parcial das redes do Jardim do Sol e do Jardim Shangri-lá.

Investimento superior a oito milhões e 340 mil cruzeiros. Na mesma oportunidade, o Chefe do Executivo anunciará a entrega, até os primeiros meses de 1977, da ampliação da Subestação Roland Davids, onde a Copel investe seis milhões e 600 mil cruzeiros, a conclusão de novos alimentadores, das Subestações Selva e Warta, e das reformas nas redes do Jardim Guaporé, Vila Primavera, Vila Nova, Parque São Cristóvão, Vila Conceição, Vila Ludovico, Vila Monteiro, Vila Aparecida, Vila Adolfo, Parque ABC, Parque Dom Pedro, Jardim Santos Sumont, Jardim Califórnia, Jardim Eldorado, Jardim OK, Jardim Iguazu, Jardim Londrina, Jardim Quebec, Jardim Kennedy e conclusão da reforma do Jardim do Sol e do Jardim Shangri-lá. Nessas obras, durante esse período, o Governo do Estado, através da COPEL, investirá 14 milhões e 583 mil cruzeiros. Quando a COPEL assumiu os serviços de distribuição de energia elétrica, em Londrina e mais cinco Municípios do Norte do Paraná, mediante a compra da Empresa Elétrica de Londrina S/A, sediada no Estado de São Paulo, demos um voto de confiança à concessionária de nosso Estado e hoje, passados pouco mais de dois anos vemos com redobrada satisfação, que as nossas esperanças, não eram vãs. A precária e obsoleta rede de Londrina está sendo gradativamente substituída, o anel elétrico formado por grandes subestações e linhas em alta tensão, vai se fechando em torno da cidade, e a Capital do Café, vê fortalecido seu ideal de industrialização, mediante fornecimento de energia elétrica abundante, a ser gerada, inclusive, pela Hidrelétrica Foz do Areia, obra iniciada por Jayme Canet Júnior, incentivada arduamente pelo nosso ilustre Governador, mesmo sabendo, notem bem, Srs. Deputados, que não poderá inaugurá-la, uma vez que o cronograma de obras ultrapassa seu período governamental. Um mérito a mais para um governo que pensa, acima de tudo, no povo, e não em si próprio".

Por esta razão, com esta documentação, com esta análise, com esta revelação que trazemos a esta tribuna, entendemos que é justo que se conheça aquilo que o Governo tem feito, aquilo que a COPEL tem feito, em benefício da cidade de Londrina.

Era o registro que pretendíamos e fizemos desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao

Sr. Deputado Deni Schwartz. Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto. Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, no Grande Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando iniciamos nossa vida parlamentar, nesta Casa, encontramos nos senhores funcionários deste Poder, uma aspiração em que nessa nova formação do quadro político representativo de 54 Srs. Deputados, houvesse, para eles, a atenção que tiveram nas legislaturas passadas.

Entendemos que à Mesa Executiva que tivemos a honra de sufragar, tendo como Presidente o ilustre Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Maurício Fruet, tendo ainda como membros os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Leopoldo Jacomel, Fidelcino Tolentino, entim, toda uma estrutura, comandando os destinos desta Casa, ainda com os esforços da administração funcional, não foi ainda encontrada uma solução satisfatória para o problema dos funcionários.

Nós, os Representantes do povo, não temos, em nossos gabinetes, condições de pleitearmos junto à Mesa Diretiva, funcionários que viessem corresponder aos nossos anseios. Tivemos acatada, através do Governo do Estado, a criação de 54 cargos funcionais para esta Casa.

Tivemos também, oportunidade, nessa mesma Mensagem, de ver vetado por S. Exa. o Sr. Governador, o prazo de 90 dias que estava incluído naquele projeto, para ser reestruturada a vida funcional desta Casa.

Entendemos que alguns funcionários estão sendo regamente pagos. Todos os Srs. Deputados conhecem um certo Departamento desta Casa, cujos funcionários têm polpudos vencimentos com relação aos demais.

Entendemos que, com referência à capacidade, ganha esse Departamento, a primazia de vencimentos polpudos. Mas, entendemos também, que quem carrega a vida administrativa desta Casa e que não tenha a felicidade de desfrutar uma Secretaria, um cargo de comissão alta, está a ver navios, dentro deste Poder Legislativo.

E nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, entendendo a vida funcional desta Casa, respeitando as ponderações da ilustre Mesa Executiva, mas também somando aquilo que sentimos em nossa vivência, aquilo que os funcionários desta Casa quase diuturnamente dão, o seu labor para a grandiosidade deste Poder, quando procuram fazer um curso superior em nossas instituições educacionais, a fim de melhorarem seu meio de vida, nada mais justo que procuremos atender as reivindicações daquelas pessoas que, com 10, 15, 20 anos de trabalho, dados a este Poder, que agora por contingência normal de existência, de sua sobrevivência, são obrigados agora, portadores de curso superior, a terem que deixar este Poder.

Entendemos que a vida funcional nesta Casa tem que ser reformulada com a maior brevidade de tempo possível. Vemos aqui pessoas que são desestimuladas no sentido de trabalho. Vemos pessoas que deram parte de sua existência a este Poder, e agora, quando concluem o curso superior, têm que sair desta Casa, para conseguir rendimentos maiores, à altura de seus conhecimentos.

E é somente neste sentido, sentido funcional, que estamos encaminhando à ilustre Mesa Diretiva, ao Sr. Presidente, o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

Os Deputados signatários, com base no Regimento Interno e no uso de suas atribuições, respeitosamente, encaminham a Vossa Excelência veemente apelo, no sentido de adoção de providências que redundem na urgente aplicação do estudo procedido e que reestrutura o Quadro de Funcionários da Secretaria

deste Poder, solicitando empenho pessoal, a fim de que S. Exa. o Governador Jayme Canet Júnior, sensibilizado com a insuportável situação enfrentada pelo funcionalismo da Casa, concorde com o Plano elaborado, plenamente satisfatório às categorias funcionais.

Quando o aumento da Magistratura é recebido como medida justa e oportuna, nada mais humano, e indispensável, que a concessão de melhoria salarial aos que percebem menos.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1976.

(aa) Luiz Carlos Zuk, Fidelcino Tolentino,

Del Ciel, Adalberto Daros,

Oswaldo Macedo, Quielise Crisóstomo da Silva,

Gabriel Manoel, David Federmann,

Basílio Zanusso, Rosário Pitelli,

Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont,

João Cioni Neto, Fuad Nacli,

Deni Schwartz, Nilso Sguarezi,

Ernesto Dal'Oglio, Antônio Facci,

Otássio Pereira, Edilson Alencar,

Ernesto Gnoato, Lúcio Machado,

Enéas Faria, Waldenício Barbalho,

Lineu Turra, Ivan Rüppel,

Ivo Thomazoni, Jorge Sato,

Jurandir Messias, Fabiano Braga Cortes,

Ezequias Losso, Wilson Fortes,

Domício Scaramella, Egon Pudell,

Gilberto Carvalho, Nelson Buffara,

Muggiati Filho, Werner Wanderer,

Trajano Bastos, Hélio Manfrinato,

Francisco Escorsin, Maurício Fruet e Accioly Neto'.

Entendemos que essa Mesa tem envidado os maiores e melhores esforços para serem atendidas todas as ponderações dos funcionários desta Casa. Entendemos também, que a participação não poderia fugir do Plenário desta Casa, que agora está, através de suas assinaturas, dando endosso ao nosso Presidente, para que ele seja o porta-voz das aspirações que também são nossas e de nossos funcionários.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Esta Presidência registra com satisfação a presença do Sr. João Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Oswaldo Macedo, Líder do MDB.

O SR. OSVALDO MACEDO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Tendo declinado o Sr. Deputado Oswaldo Macedo, concedo a palavra ao Líder da ARENA, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem, o Sr. Deputado Lúcio Machado, focalizou, da tribuna, assunto relativo aos gastos efetuados, a título de mordomia, pelo Sr. Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto.

Deu S. Exa., ou melhor, validou S. Exa. as denúncias formuladas no plenário da Câmara Federal, pelo Sr. Deputado Aldemar Santini, do MDB de Goiás.

E faz suas as denúncias ali apresentadas.

Sr. Presidente, sabendo que a história do Paraná é feita dos registros deste Poder Legislativo, porque aqui é que se comenta de forma a se definir conceitos de quem defende e de quem combate o Partido e o Governo que, eventualmente, esteja no Poder.

Não poderíamos portanto, deixar de registrar o fato de haver a ARENA, pela palavra de um dos seus vice-líderes, contestado as denúncias formuladas pelo MDB e apresentado a versão que trago a esta tribuna como sendo a expressão da verdade.

O Vice-Líder do Governo apresentou quadros comparativos dos três meses do que foi consumido na residência do Sr. Ministro Arnaldo Prieto. Assim sendo, foi verificado que durante o ano de 1975, a despesa de mordomia na casa de S. Exa. foi: no mês de junho — Cr\$ 16.362,52;

mês de julho — Cr\$ 22.139,48;

mês de agosto — Cr\$ 20.112,33, e assim por diante.

Com estes números, o Vice-Líder da Arena chegou à conclusão de que, se considerarmos que a média mensal dos gastos na residência ministerial for de Cr\$ 21.000,00, cada refeição ali custa Cr\$ 15,55 para uma família de 9 pessoas e 6 serviços, afora as recepções, convidados eventuais e demais encargos de representação que S. Exa. houver por bem fazer face.

Não bastasse o fato de haver tido o nosso Partido, a Arena a preocupação de dar uma versão honesta para diferenciar o que é uma previsão de gastos com os gastos, realmente, efetuados, resta ainda para os homens da ARENA, que vêm na figura do Ministro Arnaldo Prieto, um homem correto e honesto, o fato de que ele já tomou providências no sentido de processar criminalmente o Sr. Deputado Aldemar Santini, do MDB de Goiás, que falou sobre seus gastos em gêneros alimentícios e material de limpeza, fugindo completamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da verdade e procurando denegrir o nome de quem, no exercício de uma das mais altas funções públicas da República, vem se conduzindo de maneira a merecer de todos o respeito por tudo quanto tem sabido fazer de bom em sua Pasta.

Faço o registro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que quando se escrever a história do Paraná e para que quando se pretender analisar este período do Governo Revolucionário, período que começou em março de 1964, realmente, outra preocupação maior não teve o Governo senão de demonstrar à Nação de que este Regime e os homens que ocuparam os Governos neste período, são dignos de respeito da coletividade brasileira.

E é de lamentar que a imprensa brasileira não dê com o mesmo destaque, a divulgação dos argumentos que defendem os acusados, o mesmo destaque que tem dado às denúncias, a maioria delas feitas, Sr. Presidente, sem uma análise mais apurada, para que pudéssemos evitar de polemizarmos sobre o assunto cuja preocupação do eminente Presidente General Ernesto Geisel tem sido demonstrada permanentemente e que por certo haverá de dar uma satisfação de curto prazo a todos os brasileiros, que haverão de se aperceber da maldade com que se está procurando envolver nomes de homens respeitáveis, com denúncias que a cada dia que passa, com toda a facilidade estão sendo objeto de desmentido, e aqueles que denunciavam, portanto, objeto do descrédito popular.

O Sr. Deni Schwartz — Permite-me um aparte, nobre Deputado. (Assentimento).

Nobre líder do Governo, reconhecendo e testemunhando a honorabilidade do Ministro Arnaldo Prieto, cuja vida política tenho acompanhado desde há muito, porque não dizer também reconhecendo a honorabilidade dos demais Ministros, eu gostaria de chamar a atenção do ilustre Líder para uma nota inserida também neste jornal, de que o Presidente do Banco do Brasil, como que confirmando as denúncias feitas pelo jornal "O Estado de São Paulo", diz que quando assumiu a Presidência do Banco do Brasil, encontrou um estado de calamidade no que diz respeito à mordomia.

Afirma ele o seguinte: que mantas de carne eram compradas para o abastecimento do seu apartamento e diz mais ainda, que com apenas 4 mil cruzeiros por mês, ele se mantém em Brasília. Por isto, Sr. Deputado, estes lastimáveis episódios que estão ocorrendo, vêm apenas a comprovar que nós homens políticos não estamos conseguindo dominar este País.

E estamos sendo colocados ao julgamento da nossa população sob um ponto negativo. Mas isto não quer dizer que nós políticos, nós administradores, não sejamos os responsáveis

pelos fatos. E é bastante digno da parte do Governo, que esteja a tomar providências para que subalternos não continuem a viver como nababos às custas do Governo e às custas da difamação dos homens públicos deste País.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a intervenção de V. Exa., que vem em socorro exatamente ao que eu pretendia dizer.

O Presidente do Banco do Brasil foi acusado também de perceber salários, vencimentos que, segundo as denúncias, estariam na ordem de 300 a 400 mil cruzeiros mensais. E nós vemos agora que estes vencimentos não ultrapassam a casa dos 45 ou 50 mil cruzeiros mensais. É e poderá ser objeto de interpelação do Congresso Nacional quanto à veracidade das afirmações que faz o Presidente do Banco do Brasil.

Mas, o que se pretendeu com a denúncia foi demonstrar à opinião pública de que existe no Governo, nos seus escalões maiores, o que se denominou até de um "carneval de gastos". E, quando se registra nesta Casa, esse tipo de denúncia, nós temos a obrigação de registrar também os desmentidos, para que, no futuro, não se faça um julgamento errado deste período, que eu até chamaria de transição porque passa o Brasil, e para que se possa fazer justiça a todos quantos puderam demonstrar nos cargos que ocupam, capacidade e, no caso específico do Banco do Brasil, neste Governo, alçando o nosso principal estabelecimento de crédito, ao 12º lugar entre todos os bancos do mundo.

Saimos de uma condição de 16º, no ano passado, para o 12º neste. Banco que atingiu também o maior índice de lucros de todo o mundo, numa demonstração de que se faz, naquele Banco, se desenvolve uma política voltada aos interesses do estabelecimento de crédito que não está perecendo, que está des-solvendo um trabalho gigantesco no auxílio que presta ao desenvolvimento de uma agricultura mais racional, no desenvolvimento industrial e que, mesmo com este trabalho gigantesco, consegue situar-se entre a dúzia de bancos maiores do universo e apresentando o maior índice de lucros de qualquer banco deste universo.

Se não fora o Presidente do Banco do Brasil, o homem responsável que é, não fossem os Srs. Diretores — todos homens responsáveis —, teríamos talvez as notícias a dizer do descalabro administrativo daquele estabelecimento de crédito. Mas, o mesmo jornal que acusa um diretor de receber polpudos vencimentos, é o mesmo que publica a notícia da situação invejável deste Banco.

Isto por si só, já nos asseguraria o direito de defendermos aqueles que têm sabido administrar o Banco do Brasil, e eu diria aqui, agora, neste instante, sem fazer política, como se faz, na minha cidade de Pato Branco, temos como candidato a Prefeito Municipal do MDB, um alto funcionário da agência local do Banco do Brasil, já homologado em convenção, ainda continua trabalhando na agência do Banco do Brasil. E nós sabemos, usando da sua condição de bancário proeminente que é, cidadão que reconheço probo e honesto que é, mas não deixando de, lá na função dos seus cargos, de cativar os clientes do Banco. E, no entanto, não foi, sequer, admoestado pela Diretoria do Banco do Brasil. É uma demonstração de que este estabelecimento de crédito, o principal deste País, tem procurado agir de forma a que o próprio MDB não possa ver outra preocupação do estabelecimento, senão aquela de desenvolver a sua atividade, sem que se firam princípios de equidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado

Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 68/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 119/76, mensagem 40/76, do Poder Executivo, que fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Realeza, objetivando a execução de melhorias no prédio do Grupo Escolar da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 69/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 03/76, mensagem 154/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Altônia, objetivando execução de reparos em prédios onde funciona o Grupo Escolar Manoel Ribas e o Grupo Escolar Pedro Viriato Parigot de Souza, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 70/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 12/76, mensagem 154/75, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Campina da Lagoa, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar Roberto Brzezinski, e a Unidade Sanitária do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. — por unanimidade. — **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 01 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Campina da Lagoa, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Roberto Brzezinski, e a Unidade Sanitária", no referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 12/76

Objetiva a presente proposição o referendo desta Assembléia Legislativa para o Termo de Convênio celebrado em 01 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Campina da Lagoa, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam o Grupo Escolar "Roberto Brzezinski e a Unidade Sanitária, no referido Município.

Dispõe a Constituição Estadual, que é de competência do Governador do Estado, a celebração de Convênios.

O mérito da proposição está conforme aos interesses do Estado e do Município referido.

Isto exposto, nosso parecer é pela sua aprovação, na forma



do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de determinar a realização de estudos tendentes a adaptar, ao nível estadual, os preceitos da Lei Federal 6334, de 31 de maio do corrente ano, que fixa idade de 50 anos, como limite máximo para inscrição em concurso público destinado ao ingresso em empregos e cargos de serviço público federal. — APROVADO.

Requerimento subscrito por 43 Srs. Deputados, lido da tribuna pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, encaminhando apelo ao Sr. Presidente da Casa, no sentido de adoção de providências que redundem na urgente aplicação do estudo procedido e que reestrutura o Quadro de Funcionários da Secretaria deste Poder. — À COMISSÃO EXECUTIVA.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando voto de congratulações à revista "Rumo Paranaense" desta Capital, pelo brilhante trabalho publicado em seu número 31 do mês de julho próximo passado, sobre a figura do aplaudido mestre, conceituado escritor e líder espiritual, Dario Vellozo. — APROVADO.

Em Explicação Pessoal, concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, eu declino.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Outrossim, lembro aos Srs. Deputados, a realização logo a seguir, da Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 133ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1976

Presidência do Sr. Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados Ernesto Gnoato e Leopoldo Jacomel.

Às 15,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho e Werner Wanderer (43), achando-se ausentes os Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Hélio Manfrinato, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Wilson Fortes, Alfredo Gulín e Antônio Facci (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,  
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição 200/76, veto apostado ao Projeto de Lei 84/76, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem que partindo da BR-277, passa pela sede do Município de Canduvas, e pelo Distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu. Parecer da C.C.J., estando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade. —

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Está em discussão, e com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Lembra a Mesa que V. Exa. tem trinta minutos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço à Mesa e quero deixar consignado que as considerações para discussão da matéria já foram expendidas na sessão extraordinária de ontem, e reafirmo ipsis verbis o que se falou daquela tribuna.

Nada mais tenho a considerar que não o que já foi dito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) Continua em discussão. — Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei 84/76, queiram permanecer como estão. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

## PORTARIAS:

PORTARIA Nº 465/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6921, de 05 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, de 05 de janeiro de 1976, ao funcionário ALBINO DE BRITTO FREIRE, matrícula 055, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de agosto de 1976.

(a) ISMAR DELAGASSA PASSOS

Diretor Geral em exercício

PORTARIA Nº 466/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6961 de 06 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria 325/76, de 09 de junho de 1976; e, II — conceder a LADY CUNHA, matrícula 444, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1976, a partir de 09 de agosto de 1976. Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de agosto de 1976.

(a) ISMAR DELAGASSA PASSOS — Diretor Geral em Exerc.